

A GRAMMÁTICA PORTUGUEZA DE JÚLIO RIBEIRO

Leonor Lopes Fávero*

RESUMO: *Essa gramática, hoje um pouco esquecida, apresenta concepções inovadoras e inicia o "período científico" da gramática no Brasil que vai desenvolver-se sob outras influências que não só as de Portugal. Representa, também, a adoção dos princípios do evolucionismo e da lingüística comparativa.*

PALAVRAS-CHAVE: *Gramática; gramática no Brasil; lingüística comparativa.*

1. O autor

Júlio César Ribeiro Vaughan, ou simplesmente, Júlio Ribeiro, nasceu em Sabará, Minas Gerais, em 16 de abril de 1845, filho de pai americano, George Washington Vaughan, e de mãe brasileira, de Tremembé, Maria Francisca Ribeiro. O pai, empresário de um circo de cavalinhos, deixou mãe e filho em Sabará para continuar sua vida circense, voltando finalmente para os Estados Unidos, sem dar mais notícias. O curso primário fê-lo Júlio Ribeiro em sua própria terra, enfrentando sua mãe, professora primária, sempre muitas dificuldades financeiras para educá-lo. Aos 15 anos foi para o colégio de Baependi realizar os estudos secundários; aos 17, matriculou-se, no Rio de Janeiro, na Escola Militar

* Universidade de São Paulo - USP.

não concluindo o curso, fixando residência em Lorena, onde iniciou sua carreira de professor. Abraçou o presbiterianismo e numa de suas viagens religiosas conheceu, em Sorocaba, Sofia Aureliana de Sousa, com quem se casou em 1871 e com quem teve quatro filhos. Passou a residir em Campinas, tornando-se professor do Colégio Culto à Ciência, dirigido pelo rev. George Washington, fazendo-se também ativo jornalista. Desinteligências com o diretor, em 1880, fizeram com que abandonasse o cargo, passando a residir em Capivari. Viúvo desde 1879, casou-se, já tuberculoso, com Belisária do Amaral, prima de Amadeu Amaral, transferindo-se em 1886 para São Paulo, onde fundou os jornais *A Procelária*, de pouca duração, e *O Rebate*. Professor da Escola Normal, conquistou, após concurso, a cadeira de Latim no Curso Anexo da Faculdade de Direito. Em 1888 substituiu o barão de Loreto no Instituto de Instrução Secundária no Rio de Janeiro. Pouco tempo durou a substituição, pois, tendo-se agravado seu estado de saúde, mudou-se para Santos em busca de melhor clima, vindo a falecer a 1º de novembro de 1890.

2. A obra

2.1 Visão geral

Maximino Maciel, em seu *Breve retrospecto sobre o ensino da Língua Portuguesa*, apenso à *Gramática descritiva* (1894: 500), diz que Júlio Ribeiro “se apressurou a de chofre quebrar a rotina, fosse como fosse, embora ainda não houvesse assimilado o quanto lera nos filólogos estrangeiros”¹

mas

¹ Nas citações, mantém-se o texto dos autores, atualizando-se a ortografia.

o mérito de haver sido o primeiro a trasladar para compêndio didático a nova orientação, evertendo os alicerces da rotina e servindo de norma para algumas Gramáticas que se publicaram em São Paulo.

A obra, publicada em 1881, adquire sua forma definitiva na segunda edição (1884).² Inicia, na gramática brasileira, o período denominado científico por Sílvio Elia (1975), período em que “as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação”, quando “despontam, de maneira mais segura e auspiciosa, as manifestações da direção filológica a qual, daí por diante, irá caracterizar os estudos lingüísticos no Brasil” (p. 121).

Traz, já na primeira edição, a epígrafe de Littré que representa sua adesão ao método histórico-comparativo:

Pour les langues, la méthode essentielle, est dans la comparaison et la filiation. – Rien n'est explicable dans notre grammaire moderne, si nous ne connaissons notre grammaire ancienne.

E afirma, com a citação de Duarte Nunes do Lião, incluída também na epígrafe, que seu trabalho é inovador e não tem precedentes:

Tentei ensinar aos meus naturais o que de outrem não pude aprender.

A segunda edição é dedicada à memória de Camões, Diez e Littré. Sobre as fontes de que se valeu, cito suas palavras, acrescentadas a essa edição:

Abandonei por abstratas e vagas as definições que eu tomara de Burgraff; preferi amoldar-me às de Whitney, mais concretas e mais claras.

² A edição consultada é a de 1913.

O sistema de sintaxe é o sistema germânico de Becker, modificado e introduzido por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as sumidades da gramaticografia saxônia. (2. ed.: p. I e II)

Esses nomes, acrescidos dos que constam da dedicatória – Lefrève, Bréal, A. Coelho, Teófilo Braga, C. C. Branco e Capistrano de Abreu – por si sós bastam para dar idéia da orientação geral de J. Ribeiro.

No prólogo, expõe a natureza e os objetivos de seu trabalho:

As antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposição dos usos da língua. (p. I)

E continua:

Para afastar-me da trilha batida, para expor com clareza as leis deduzidas dos fatos e do falar vernáculo, não me poupei a trabalhos.

A gramática mostra a intenção de aplicar às línguas os princípios do evolucionismo biológico que dominava o fim do século. Conceitua gramática, baseando-se em Whitney, como a “exposição metódica dos fatos da linguagem” e afirma que ela “não faz leis e regras para a linguagem” e seu estudo “não tem por principal objeto a correção da linguagem”. Porém, diz também, que “as regras do bom uso da linguagem expostas como elas o são nos compêndios, facilitam muito tal aprendizagem”.

Suas idéias evolucionistas aparecem claramente nesta passagem:

Bem como as espécies orgânicas que povoam o mundo, as línguas, verdadeiros organismos sociológicos, estão sujeitas à grande lei da luta pela existência, à lei da seleção. E é para notar-se que a evolução lingüística se efetua muito mais prontamente do que a evolução das espécies: nenhuma língua parece ter vivido por mais de mil anos, ao passo que muitas

espécies parece terem-se perpetuado por milhares de séculos.
(p. 153)

Partindo desses pressupostos, apresenta dois quadros de Ferrière, extraídos da obra *Le darwinisme*, aqui transcritos como forma de melhor ilustrar sua posição:

A SELEÇÃO

nas espécies

As espécies têm suas variedades, obra do meio ou de causas fisiológicas.

As espécies vivas descendem geralmente das espécies mortas do mesmo país.

Uma espécie em um país isolado passa por menos variações.

Variações produzidas pelo cruzamento com espécies distintas ou estrangeiras.

A superioridade das qualidades físicas que asseguram a vitória dos indivíduos de uma espécie, causa da seleção.

A beleza da plumagem ou a melodia do canto, causa da seleção.

Lacunas numerosas nas espécies extintas.

nas línguas

1) As línguas têm os seus dialetos, obra do meio ou dos costumes.

2) As línguas vivas descendem geralmente das línguas mortas do mesmo país.

3) Uma língua em um país isolado passa por menos variações.

4) Variações produzidas pela introdução de palavras novas, devidas às relações exteriores, às ciências, à indústria.

5) O gênio literário e a instrução pública centralizada, causas da seleção.

6) A brevidade ou a eufonia, causa da seleção.

7) Lacunas numerosas nas línguas extintas.

Probabilidades de duração de uma espécie em o número dos indivíduos que a compõem.

As espécies extintas não reaparecem mais.

Progresso nas espécies pela divisão do trabalho fisiológico.

8) Probabilidades de duração de uma língua em o número dos indivíduos que a falam.

9) As línguas extintas não reaparecem mais.

10) Progresso nas línguas pela divisão do trabalho intelectual.

CLASSIFICAÇÃO GENEALÓGICA

nas espécies

1) Constância de estrutura; órgãos de alta importância fisiológica; órgãos de importância variada.

2) Vestígios de estrutura primordial: órgãos redimentários ou atrofiados: estrutura embionária.

3) Uniformidade de um conjunto de caracteres.

4) Cadeia de afinidades nas espécies vivas ou extintas.

nas línguas

1) Constância de estrutura; radicais de alta importância; flexões de importância variada.

2) Vestígios de estrutura primordial: letras rudimentárias ou atrofiadas: fase embrionária.

3) Uniformidade de um conjunto de caracteres.

4) Cadeia de afinidades nas línguas vivas ou extintas

(Ribeiro, 1913: 153-4 e Ferrière: 121-3).

Tenta conciliar as novas propostas com as então existentes, pois, se o evolucionismo não tem como valorizar a norma padrão e seu ensino, já que seu propósito é explicar os fatos e não fazer leis ou propor regras, não há como negar as antigas teorias.

Essa tentativa de conciliação fica evidente nas citações a seguir, em que se percebe claramente a influência da Gramática Geral, influência essa que o leva a dividir a gramática em geral – “exposição metódica dos fatos da linguagem em geral” – e particular – “exposição metódica dos fatos de uma língua determinada” (p. 20).

E ainda:

Nós temos mais de estudar as formas varias porque passou a nossa língua, temos de comparar essas formas com a forma actual, para que melhor entendamos o que esta é e como veio a ser o que é. Não nos basta usar da linguagem; é mister saber o que constitue a linguagem e o que nos importa ela. O estudo da linguagem diz-nos muito sobre a natureza e sobre a história do homem. Como a linguagem é o instrumento e o meio principal das operações da mente, claro está que não podemos estudar essas operações e a sua natureza sem um conhecimento cabal da linguagem. (Ribeiro, 1913: 20)

E como se manifesta, na prática, a presença dos princípios do evolucionismo? A preocupação é a de aplicar ao estudo da língua o mesmo rigor e os mesmos métodos das ciências naturais e Júlio Ribeiro precisa voltar-se para as origens da língua, estudando as influências e as mudanças sofridas no decorrer do tempo; essa volta leva também à necessidade do estudo da escrita, com a valorização da etimologia, acarretando o exagero de um rigor etimológico, como se verá no item 2.5 deste trabalho.

Reage às críticas de Sotero do Reis que nas *Postilas de gramática geral aplicada à Língua Portuguesa pela análise dos clássicos* (1862) afirmara que ao pouco estudo dos clássicos e à leitura dos autores franceses se devia a “vergonhosa metamorfose do Português”, afirmando:

Não é por se não fazer estudo dos modelos legítimos e castiços, não é por se lerem muito os livros franceses que se vai transformando a língua portuguesa: nem tal transformação é

vergonhosa ou prejudicial. Produto inevitável, necessário, fatal, da evolução lingüística, ela acusa nova fase do modo de pensar, acusa desenvolvimento do cérebro, acusa progresso da humanidade. (p. 325)

A obra provocou inúmeras críticas dos tradicionalistas, algumas com seus autores ocultos sob os pseudônimos de Demócrito e Diderot. A todos respondeu ele, “transformando o vocabulário português em verdadeiro arsenal de combate: cada palavra valia por uma bombarda e suas frases marchavam como se fossem batalhões em plena ação bélica” (Pimenta, 1954: 64). As críticas de Karl von Reinhardstoettner e de Alexandre Hummel contribuíram, segundo ele, para melhorar a segunda edição.

2.2 Organização da gramática

A obra consta de uma “Introdução”, duas partes – “Lexicologia” e “Sintaxe”, um “Aditamento” e “Anexos”; na edição consultada há ainda um Aditamento com uma nota dos editores esclarecendo tratar-se de uma parte destinada a satisfazer os programas do ensino oficial:

Lexicologia	Fonologia	Fonética Prosódia Ortografia
	Morfologia	Taxonomia Camponomia Etimologia

Sintaxe	Léxica	Relações	subjetiva predicativa atributiva objetiva adverbial
	Lógica	Relações	coordenação subordinação

Na “Introdução”, partindo de Whitney, apresenta a conceitualização de gramática, aqui já referida: “exposição metódica dos fatos da linguagem”. Divide-a, partindo de Bain, em duas partes: lexicologia e sintaxe, variante da divisão em fonologia, morfologia e sintaxe, adotada por Epifânio da Silva Dias em 1876. O centro da pesquisa é, na segunda metade do século XIX, a palavra, entendendo-se o porquê da divisão não ser mais prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia; a sintaxe, não sendo mais o “finis grammaticae” (*Minerva*, Sánchez), mas parte dela, passa a um lugar de destaque, chegando a ocupar até 50% das obras então publicadas.

A divisão em quatro partes vem do período medieval (talvez desde Prisciano, o primeiro a reconhecer a existência de uma sintaxe que é o estudo da “disposição que visa à obtenção da oração bem feita” e é encontrada ainda no final do século XVIII e início do XIX, como em Soares Barbosa).

A divisão proposta por Epifânio vai merecer elogios de Leite de Vasconcelos (1929: 947) porém sem mencionar Moraes Silva que, já em 1813, apresentara a divisão em três partes: sons e letras, morfologia e sintaxe.

Como bem disse Cavaliere (2000: 53-4):

A lexeologia é certamente no projeto de descrição gramatical proposto por Ribeiro, o núcleo unitário de onde reverberam

todos os campos de investigação lingüística. Isso porque é efetivamente a *palavra* que sintetiza o foco das atenções, seja como elemento monolítico isolado, seja enquanto conjunto de segmentos morfológicos, seja como item da organização frasal. A sintaxe, destarte, embora constitua autonomamente a segunda parte da descrição gramatical, na prática não vai além de um grande tentáculo da lexeologia.

2.3 A teoria sobre a palavra

Na parte primeira – lexeologia – considera as palavras isoladas,

já em seus elementos materiais ou sons, já em seus elementos mórficos ou formas. Examina-as do ponto de vista material, estudo fonético e prosódico, e do ponto de vista do valor, baseado na dicotomia palavras discursivas e interjectivas.

As primeiras enunciam uma idéia, enquanto as segundas ligam-se à expressão direta dos sentimentos. A estas últimas dedica apenas algumas palavras, afirmando:

A interjeição, grito involuntário, instintivo, animal, não representa idéia, não constitui parte do discurso, é mais som do que palavra. (p. 57)

e à página 220 reafirma o que já dissera às páginas 57 e 74:

A interjeição, verdadeiro grito animal, mais clamor instintivo do que sinal de idéia, não está sujeita às leis do pensamento, não se governa pela gramática, não tem derivação. As verdadeiras intèrjeições são as mesmas em todas as línguas.

Essa posição de Júlio Ribeiro, encontrada também em outros gramáticos e oriunda da gramática grega, mereceu críticas de Oiticica (1955: 50):

Com efeito, até hoje os gramáticos se têm preocupado exclusivamente com as palavras que exprimem *idéias*, ou palavras ideativas, pouco atendendo à numerosa classe das palavras que exprimem *emoção* ou palavras *emotivas* e, ainda menos, às palavras que exprimem meros *acidentes* do discurso, como as interrogações, afirmações, confirmações, realces, correções, ressalvas, exclusões, designações, etc. Tais palavras não exprimem nenhuma idéia propriamente, mas indicam certos movimentos ou operações subjetivas e indispensáveis à compreensão do pensamento ou às suas cambiantes.

Na impossibilidade de reconhecerem *idéia* nas interjeições, suprimiram-nas da taxionomia, considerando-as simples gritos da alma, sem refletirem que há *expressões* interjectivas e *frases* interjectivas com pensamento analisável, como: *raios te partam!*

Quanto às palavras discursivas, para distinguir as diferentes classes, recorre a critérios como o da declinabilidade: as palavras possuem ou não características morfológicas de gênero, número, pessoa e modo. Cinco são as classes de palavras declináveis – substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo – e três, as indeclináveis – advérbio, preposição e conjunção.

O participio, tal como a interjeição, não é incluído entre as categorias. Admite o ablativo como caso lexicogênico, aceitando, como Diez, o acusativo só para o plural. Quanto ao artigo, não considera o indefinido que ocupa lugar entre os adjetivos indeterminativos que se subdividem em numeral, demonstrativo, distributivo, conjuntivo, possessivo e indefinido.

As idéias evolucionistas aparecem claramente no trecho em que fala das palavras invariáveis, transcrito a seguir:

As palavras hoje invariáveis já gosaram de vida, já tiveram formas móveis nas línguas matrizes: são, se é permitido o símile, organismos inferiores, cujas juntas se anquilosaram, cujas partes fluidas se solidificaram por uma como cristalização lingüística. No advérbio encontram-se ainda vestígios de flexão. (p. 57)

2.4 A teoria sobre a oração

Na parte segunda – sintaxe – vão estudar a sintaxe léxica e a sintaxe lógica. Na léxica, seguindo Becker e Mason, examina as relações subjetiva, predicativa, atributiva, objetiva e adverbial. Inclui o complemento verbal constituído por pronome pessoal e indicativo do destinatário na relação objetiva – adverbial, como no exemplo *Paulo deu-me um livro* (p. 226).³

Segundo ele,

A sintaxe considera as palavras como relacionadas umas com as outras na construção de sentenças, e considera as sentenças no que diz respeito à sua estrutura, quer sejam simples, quer se compõem de membros ou de cláusulas. (p. 221)

A propósito dessa conceituação, ouçamos mais uma vez Cavaliere (2000: 54):

A princípio poder-se-ia vislumbrar na *sintaxe lógica* uma concepção sistemática das relações sintáticas, sobretudo em face do uso do termo *estrutura*. A hipótese, contudo, não se confirma na exposição do assunto, já que Ribeiro vincula a *relação* sintática – não a *função* sintática – à palavra material, que lhe dá vida e sentido. Em síntese, na *estrutura* de Ribeiro não interagem *sintagmas*, porém, *vocábulos*.

Chama o período de sentença que é a “coordenação de palavras ou mesmo uma só palavra formando sentido perfeito” (p. 221); pode ser simples, “a que contém uma só asserção”. *Frase* é “a combinação de palavras coordenadas entre si, mas sem formar sentido perfeito”. Como se poder observar, esses conceitos encontram-se em obras de lingüística e livros didáticos atuais.

A sentença consta de dois elementos: sujeito e predicado, considerando, no caso dos verbos impessoais, a existência de “um sujeito impessoal que não se exprime” (p. 293).

³ M. Maciel vai mais tarde considerar também a relação vocativa.

Afirmar isso, diz Figueiredo (1957: 98) é “afirmar a inexistência de frases de um só termo, como depois ensinaram Said Ali e Sechehaye”. Ao conceituar verbo impessoal diz ser aquele que “em acepção própria não pode ter por sujeito um nome de pessoa” (p. 69); inclui nesse grupo o verbo haver, “verdadeiro impessoal, não pode ter sujeito claro” (p. 294) e critica Argote, Sotero dos Reis, Moraes e Silva, aceito por Freire da Silva, que acreditavam possuir o verbo haver um sujeito oculto nome, dizendo:

A verdade é que em tais construções o verbo *haver* conserva-se transitivo e assume o caráter de verdadeiro verbo impessoal; e que não necessita mais do que sujeito claro do que *chove, troveja*, ou outro qualquer. (p. 298)

Desse modo, a Gramática no Brasil dá adeus a Sánchez com a teoria das elipses e aos critérios logicistas, seguidos, por exemplo, por Moraes Silva que afirmava não haver “sentença sem nome sujeito, sem verbos expressos ou ocultos, diversos ou cognatos” (1813: XXVII). Em *há homens* o sujeito seria, segundo esse autor, *mundo*, omitido por elipse.

2.5 O recurso à etimologia

A questão etimológica, a necessidade da volta às origens, a que já me referi, assume papel importantíssimo na primeira parte da obra dedicada ao estudo da palavra (fonologia e morfologia), já que a sintaxe ainda é vista como de natureza lógica.

No dizer de Bezerra (1984: 172):

O recurso à etimologia para o perfeito exercício da escrita, bem como para o conhecimento da gênese do léxico português resulta numa atividade em que se confundem fantasias gráficas e caprichos de erudição, complicando, em demasia,

a aprendizagem e domínio de nossa ortografia e ortoepia, através da máscara que imputa à natureza de nosso léxico.

Como exemplo pode-se citar o estudo que o autor faz do grupo latino *ch* que permite diferentes pronúncias, ensejando muitos enganos. Diz que esse grupo não deve ser substituído por *c*, *k* ou *qu* porque “isso dá às palavras aspecto bárbaro, obscurecendo as filiações etimológicas” (p. 346).

Mas acrescenta:

O remédio é simples e intuitivo: é fazer o que fez Constâncio, o que fez Baudry, o que fez Régner, o que fez Bopp, o que fez Dübner, o que fizeram todos os helenistas que representaram caracteres gregos com letras latinas; é pospor *h* a *k* e constituir o grupo *kh*.

Argumenta dizendo que o descostume é que nos causa estranheza, mas que a adoção desse grupo traz duas vantagens: “poupar-nos de erros vergonhosos de pronúncia e habituar-nos a reconhecer a filiação da palavra. (p. 346)

A etimologia vai prestar-se a uma atividade do espírito pleno de fantasias de erudição e põe em evidência não só a preocupação de usar nomes de formação erudita sobre radicais gregos, tal como nas ciências biológicas, mas também a preocupação de classificar os fatos observados em consonância com os preceitos do evolucionismo, o que se vê na divisão das partes que compõem a gramática, já apresentada no item 2.2.

Conclusão

A *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, ressaltando-se o exagero no tratamento das questões relativas a etimologia e ortografia, representa um esforço para se afastar das orientações da Gramática Geral (embora sem conseguir dela desligar-se completa-

mente) que então dominava nossa gramática e para introduzir os princípios do evolucionismo biológico e do método histórico-comparativo.

ABSTRACT: *This grammar, nowadays a little bit neglected, introduces planning conceptions and starts the "cientif period" of grammar in Brazil, that develops under Portuguese and other influences – not only Portuguese influences. It also represents the acceptance of the principles of the evolutionism and the comparative linguistic.*

KEYWORDS: *Grammar; grammar in Brazil; comparative linguistic.*

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA, A. P. (1984) *Norma e linguagem*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- CAVALIERE, R. (2000) *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Eduff.
- ELIA, S. (1975) *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro: Grifo.
- FIGUEIREDO, A. J. de (1957) *Resenha breve das idéias gramaticais, dos gregos aos nossos dias*. Rio de Janeiro: s. ed.
- MACIEL, M. (1922) *Grammatica descriptiva*. 8. ed. aumentada e refundida. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MORAES SILVA, A. (1813) *Diccionario da língua portugueza. Epítome da grammatica portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacerdina.
- OTICICA, J. (1955) *Manual de análise*. 11. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (A 1ª edição é de 1919.)
- PIMENTA, C. (1954) Júlio Ribeiro. *Jornal de Filologia*, v. II, n. 1, p. 58-65.
- RIBEIRO, J. (1913) *Grammatica portugueza*. 11. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

SOTERO DOS REIS, F. (1868) *Postillas de grammatica geral, applicada à língua portugueza pela analyse dos clássicos*. Maranhão: s. ed.

VASCONCELLOS, J. L. de (1929) *Opúsculos*. Coimbra: Imprensa da Universidade. v. 4.